



PARECER PRÉVIO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10730/2015.

Apenso: Processo nº 12544/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Nadiel Serrão do Nascimento – Ordenador de Despesa.

6- Advogados: Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato, OAB/AM n.º 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM n.º 4.331.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4899/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls.3381/3389).

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 03, 04, 06, 08 a 12, 16, 21 a 26, 28, 30 a 33 do Relatório Conclusivo nº 66/2016-DICAMI, 1.2.1, 2.2.1, 3.2.1, 4.2.2, 4.2.4, 5.4.1, 5.4.2, 5.4.4, 6.4.2, 7.2.3, 7.3.1, 7.4.2, 7.4.4, 7.4.8 e 7.5.1 do Relatório Conclusivo nº 24/2016-DICOP).



PARECER PRÉVIO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que votou pela Aprovação com Ressalvas das Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

- 11- **Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 13 de Junho de 2017.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge, Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
13.1. **Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
14- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10730/2015.

Apenso: Processo nº 12544/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Nadiel Serrão do Nascimento – Ordenador de Despesa.

6- Advogados: Dr. Bruno Vieira da Rocha Barbirato, OAB/AM n.º 6.975 e Dr. Fábio Nunes Bandeira de Melo, OAB/AM n.º 4.331.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4899/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls.3381/3389).

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Comunicação. Encaminhamento. Ofício. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2014, da Prefeitura de Itapiranga, nos termos do inciso I do art. 1º das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 03, 04, 06, 08 a 12, 16, 21 a 26, 28, 30 a 33 do Relatório Conclusivo nº 66/2016-DICAMI, 1.2.1, 2.2.1, 3.2.1, 4.2.2, 4.2.4, 5.4.1, 5.4.2, 5.4.4, 6.4.2, 7.2.3, 7.3.1, 7.4.2, 7.4.4, 7.4.8 e 7.5.1 do Relatório Conclusivo nº 24/2016-DICOP);

10.2. Considerar em Alcance o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento no valor de **R\$ 1.035.875,13 (um milhão e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e treze centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Itapiranga por improbidades apontadas abaixo. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.2.1. Pagamento no valor de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais)** referentes à ausência de comprovação de serviços de buffet (achados 20 e 21);
- 10.2.2. Pagamento no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)** referentes à ausência de comprovação de serviços de manutenção em geral elétrica, hidráulica e pequenos reparos nos prédios públicos na sede e zona rural;
- 10.2.3. Pagamento no valor de R\$ 28.603,60 (vinte e oito mil e seiscentos e três reais e sessenta centavos)** de serviços não executados equivalentes a **R\$ 17.130,90 (dezessete mil cento e trinta reais e noventa centavos)** referente à UBS da Comunidade Inajatuba e **R\$ 11.472,70 (onze mil quatrocentos e setenta e dois reais e setenta centavos)** referente à UBS da Comunidade Madruba;
- 10.2.4. Pagamento no valor de R\$ 551.271,53 (quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos)** de item “insumos” que não fazia parte do objeto da contratação e, ainda, não foram repassados para os cooperados a título de recebimento de remuneração, nos meses de janeiro e dezembro de 2014, Pregão Presencial nº 019/2013;
- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento no valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por improbidades apontadas nos relatórios da DICAMI e DICOP, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 03, 04, 06, 08 a 12, 16, 21 a 26, 28, 30 a 33 (Relatório Conclusivo nº 66/2016-DICAMI), 1.2.1, 2.2.1, 3.2.1, 4.2.2, 4.2.4, 5.4.1, 5.4.2, 5.4.4, 6.4.2, 7.2.3, 7.3.1, 7.4.2, 7.4.4, 7.4.8 e 7.5.1 (Relatório Conclusivo nº 24/2016-DICOP). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.4. Comunicar a Prefeitura Municipal de Itapiranga** que, no julgamento das contas do gestor, o Prefeito, **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, foi considerado em alcance, no valor de **R\$ 1.035.875,13 (um milhão e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e treze centavos)**, nos termos da fundamentação constante na proposta de voto, para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais;
- 10.5. Comunicar o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;
- 10.6. Encaminhar** os autos à **DICREX** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 03/2011-TCE/AM, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.7. Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas** remetendo cópia da documentação pertinente à irregularidade do Relatório da Comissão de Inspeção DICAMI fls. 3323/3380, Relatório da DICOP, fls. 3182/3210, Parecer do Ministério Público fls. 3381/3389 e a Proposta de Voto para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);
- 10.8. Determinar à Prefeitura Municipal de Itapiranga**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 10.8.1.** Mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE;
 - 10.8.2.** Encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, contrariando o disposto na Resolução nº 16/2009-TCE/AM;
 - 10.8.3.** Não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE/AM, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.8.4.** Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei Estadual nº 2423/96 e do art. 2º da Resolução nº 11/2009- TCE/AM c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- 10.8.5.** Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, da Lei nº 101/2000 sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
- 10.8.6.** Nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei Federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º da Lei 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º da Lei 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, §2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;
- 10.8.7.** Em caso de emergência, que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.8.8.** Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.8.9.** Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 10.8.10.** Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- 10.8.11.** Atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei Estadual nº 2.423/96 que estabelece a Criação



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

de Controle Interno no âmbito Municipal;

- 10.8.12.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar n.º 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei Estadual n.º 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.8.13.** Determinação para que a Prefeitura promova estudo da demanda de cargos efetivos, isto é, permanentes, nas secretarias Administração, Assistência Social, Infraestrutura e Produção, como passo inicial para subsidiar a decisão de realização, ou não, de futuro concurso;
- 10.8.14.** Determinação para adoção do procedimento previsto no art. 23 da LRF;
- 10.8.15.** Determinação para o repasse integral e imediato das consignações para os respectivos órgãos financiadores;
- 10.8.16.** Apenas o item 4.2.1 não foi considerado sanado, qual seja ausência de portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente, conforme preceitua o art 58, III; Art 67 a 70 e 112 da Lei 8666/93(fl. 3.189/3.190);
- 10.8.17.** Cumpra com rigor a Lei Federal n.º 8.666/93 em especial: a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) formalização dos Contratos firmados; c) conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho sequencial e crescente; e) que os processos de pagamentos sejam numerados



ACÓRDÃO Nº 35/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;

- 10.8.18.** Observe as regras relacionadas à Lei Federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
- 10.8.19.** Atenda com rigor os artigos 14; 16, 20 e 26 da Lei Federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- 10.8.20.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

Vencido o voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que votou pela Regularidade com Ressalvas da referida Prestação de Contas, com multas e recomendações.

- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 13 de Junho de 2017.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral